

CNPJ 73.936.338/0001-23

#### AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA

Processo Administrativo nº 015/2025 Dispensa nº 010/2025.

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE URUCUIA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 73.936.338/0001-23, com sede administrativa situada na Rua Flonora Ramos, 18, Bairro Centro, Urucuia-MG, CEP: 38.649-000, realizará Dispensa, do tipo **(menor preço)** com critério de julgamento **(Por Lote)**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 002/2024 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 22 de outubro de 2025.

DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 23 de outubro de 2025.

DATA FINAL DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 27 de outubro de 2025.

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO: 23:59 (Horário de Brasília-DF).

FORMA DE RECEBIMENTO: Via email: camaradeurucuia@yahoo.com.br

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 002/2024, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

As propostas serão recebidas pelo email: camaradeurucuia@yahoo.com.br, podendo ser também protocoladas no endereço Rua Flonora Ramos, 18, Bairro Centro, Urucuia-MG, até às 13:00 horas do dia 27 de outubro de 2025.

O Termo de referência simplificado, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados e obtidos no site oficial da Câmara.

Link do site oficial da Câmara: https://www.urucuia.mg.leg.br/.

Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (38) 3634-9130

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão da Dispensa ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

#### 1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa por dispensa de licitação para a Aquisição e instalação de sistema eletrônico de registro de ponto, incluindo o fornecimento do equipamento, licenciamento anual de software em nuvem, serviços de instalação, configuração inicial, treinamento de usuários e suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Urucuia/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. A contratação será dividida por Lotes, conforme tabela constante abaixo:

Lo	ote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
	1		EQUIPAMENTO LEITOR DE RECONHECIMENTO FACIAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE	UND	1	R\$ 2.199,26	R\$ 2.199,26



CNPJ 73.936.338/0001-23

	REGISTRO DE PONTO CONTRATADO				
	LICENÇA ANUAL DE SOFTWARE EN NUVEM (ICLOUD/WEB) PARA 2 REGISTRO E GESTÃO DE FREQUÊNCIA DE ATÉ 20 (VINTE USUÁRIOS/SERVIDORES	UND	12	R\$ 211,66	R\$ 2.539,99
	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONFIGURAÇÃO INICIAL E TREINAMENTO DE SERVIDORES INDICADOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA	UND	1	R\$ 3.550,00	R\$ 3.550,00
	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE DE PONTO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE MESES, INCLUINDO GARANTIA INTEGRAL DE FUNCIONAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL	UND	12	R\$ 292,22	R\$ 3.506,64
	R\$ 11.795,89				

- 1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens/Lotes que o compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as ex<mark>igênc</mark>ias contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

- 2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
- 2.2. Será concedido tratamento favorecido para as pessoas jurídicas, enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.3. Como requisito para participação na dispensa, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
  - 2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados:
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto,



CNPJ 73.936.338/0001-23

responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15</u> de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f)pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- 2.4.3.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.4.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.4.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 2.4.5. empre<mark>sa decl</mark>arada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 2.4.6. empre<mark>sa su</mark>spensa <mark>ou</mark> impedida de licitar ou contratar com <mark>a</mark> Administ<mark>ração</mark> Pública no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- 2.4.7. empresas impedidas de licitar ou contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE URUCUIA/MG.

#### 3 DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 3.1. O Interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, em meio virtual, através do e-mail: camaradeurucuia@yahoo.com.br; ou de forma presencial, na sala de licitações, no endereço: RUA FLONORA RAMOS, 18, BAIRRO CENTRO, CEP: 38.649-000, em Urucuia / MG. A proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, bem como os documentos exigidos para habilitação, até a data e o horário estabelecidos.
- 3.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.
- 3.1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 3.1.3. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o serviço nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, adequação na execução.
- 3.1.4. A validade da proposta será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua apresentação, independentemente de declaração do proponente.

#### 4 HABILITAÇÃO



CNPJ 73.936.338/0001-23

- 4.1. Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação constam do **TERMO DE REFERÊNCIA** anexo deste Aviso.
- 4.2. Tão logo a Câmara de Urucuia tenha conhecimento do fornecedor, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
  - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
  - c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União-TCU;
  - d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).
  - e) A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).
  - f) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
  - g) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - h) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a sua desclassificação Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 4.3. A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).
- 4.4. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal.
- 4.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 4.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 4.6.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



CNPJ 73.936.338/0001-23

- 4.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 4.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 4.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 4.8.1. a prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa;
- 4.8.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito da participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar as os participantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 4.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

#### 5 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 5.1. A presente dispensa terá como critérios de seleção:
  - a) Menor valor Por Lote;
  - b) Atendimento aos requisitos habilitação;
  - c) As propostas serão julgadas pelo critério do MENOR PREÇO POR LOTE, sendo válidas apenas as propostas dos interessados que cumprirem com todos os requisitos de habilitação estabelecidos.

#### 6 DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 6.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02. (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 6.3. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.



CNPJ 73.936.338/0001-23

- 6.4. A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 6.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 6.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

#### 7 SANÇÕES

7.1. Os dispositivos relacionados às infrações e às sanções constam do Termo de Referência.

#### 8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico da Câmara de Urucuia, disponível no endereço https://www.urucuia.mg.leg.br/.
- 8.2. No caso de todos os fo<mark>rnecedores restarem desclassificados</mark> ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 8.2.2. valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 8.2.2.1. apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e, atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor;
- 8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente da contratação direta na respectiva notificação.
- 8.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



CNPJ 73.936.338/0001-23

- 8.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.9. Da sessão pública será lavrada Ata.
- 8.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados que se encontram disponíveis no endereço: <a href="https://www.urucuia.mg.leg.br/">https://www.urucuia.mg.leg.br/</a>.

ANEXO I – Proposta de Preços;

ANEXO II – Termo de referência e seus anexos;

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato ou do instrumento substitutivo.

Urucuia/MG, 22 de outubro de 2025.





CNPJ 73.936.338/0001-23

#### **ANEXO I**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃC	D: CÂMA	RA MUNICIPAL DE	URUCUIA/I	MG						
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2025					DISPENSA Nº 010/2025					
TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço					MENOR PREÇO POR LOTE					
RAZÃO	SOCIAL	:				CNPJ/CPI				
ENDER	EÇO:					BAIRR	O:			
CIDADE/UF:					P:	TELEFON	TELEFONE:			
REPRESENTANTE LEGAL:						CPF:	CDE·			
	OLIVITA			h -		011.				
RG:				E-r	nail:					
			-000	PROPOST	A:	1				
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	E QUANTIDADE		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL		
1	1	CARD FY	538		0	S APL S	R\$ -	R\$ -		
	2			A 100	_		R\$ -	R\$ -		
<b>Dec</b>	claro que tratação crepância	trega conforme exigi e examinei, conheç direta, bem como v ıs nas informações,	o e me sul erifiquei toda	bmeto a tod as as especi	as a: īcaçõ	ões cont <mark>idas</mark> , n	ão havendo	quaisquer		
<b>Dec</b> trab	<b>:laro</b> que alhistas	e o preço ofertado co assegurados na Cor coletivas de trabalho	nstituição Fe	deral, nas lei	s trat	oalhistas, nas r	normas infrale			
cust	tos diret	da que, estou ciente os ou indiretos, ass sta, bem como qualc	sumindo tota	al responsab	ilidad	e por erros ou	u omissões			
		Local	de_			de 20_	·			
		_	R <sub>4</sub>	epresentante	l eas	 al				
			110	oprosonianie	Logo	A1				



CNPJ 73.936.338/0001-23

# ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA





CNPJ 73.936.338/0001-23

# ANEXO III MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

